

SUMÁRIO

NOTA DOS ORGANIZADORES	13
APRESENTAÇÃO	17
<i>Antonio Fernando Barros e Silva de Souza</i>	
PREFÁCIO	19
<i>Eugênio Pacelli de Oliveira</i>	
Capítulo I	
O QUE É GARANTISMO PENAL (INTEGRAL)?	25
<i>Douglas Fischer</i>	
1. Considerações iniciais	25
2. As concepções fundantes e os pilares da <i>teoria garantista</i>	28
3. “Garantismo penal”: da teoria (integral) da doutrina de Ferrajoli para a fragmentação que denominamos de <i>garantismo penal hiperbólico monocular</i>	31
4. Alguns exemplos de <i>fragmentação</i> da teoria garantista	39
4.1. Possibilidade (ou não) de o Ministério Público realizar procedimentos investigatórios	39
4.2. Limitação ao prazo de 30 dias das interceptações telefônicas	40
4.3. Do patamar da insignificância para os tipos penais que protejam bens jurídicos de <i>natureza tributária</i>	41
4.4. Da (im)possibilidade da execução provisória de penas na pendência de recursos de natureza extraordinária	44
5. Conclusões	47
Referências	48
Capítulo II	
A ELITE DO CRIME:	
DISCURSO DE RESISTÊNCIA E LAXISMO PENAL	51
<i>Daniel de Resende Salgado</i>	
1. Introdução	51
2. Discurso de resistência a uma nova perspectiva (re)legitimadora	53
2.1. Técnicas de neutralização	55
2.2. Inadequação legislativa	58
2.3. Resistência dos aplicadores do direito	63
2.4. Disseminação monocular da doutrina liberal	67

3. Conclusões	69
Referências	70

Capítulo III

GARANTISMO E (DES) LEALDADE PROCESSUAL	73
---	-----------

Américo Bedê Júnior

Gustavo Senna

1. Introdução	73
2. Fundamentos do princípio da lealdade processual.....	76
3. Casuística: um caso de violação ao princípio da lealdade processual	83
4. Conclusão.....	85
Referências.....	86

Capítulo VI

PEQUENOS MITOS SOBRE

A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NO BRASIL.....	87
---	-----------

Bruno Freire de Carvalho Calabrich

1. Introdução – Garantismo e investigação criminal	87
2. Função e destinatários da investigação criminal.....	89
3. O que é “polícia judiciária”.....	96
4. Autoridade policial, “independência funcional” e “livre convencimento”.....	102
5. Conclusões	107
Referências.....	108

Capítulo V

SISTEMA INQUISITIVO, JUIZADO

DE INSTRUÇÃO E O DIREITO BRASILEIRO	111
--	------------

Marcello Paranhos de Oliveira Miller

1. Introdução	111
2. Conceito e concepções do juizado de instrução.....	113
3. A instrução e o juiz de instrução no direito francês	114
3.1. O cabimento da instrução.....	114
3.2. O juiz de instrução	115
3.3. A abertura da instrução.....	115
3.4. A dinâmica da instrução.....	117
3.5. Conclusão da instrução	119
3.6. Nulidades e recursos na instrução	120
4. O juizado de instrução e o direito brasileiro	121
4.1. Função e finalidade do juiz de instrução	121
4.2. Juiz de instrução e Estado Democrático de Direito	122
5. Conclusões	123

Capítulo VI**A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA COMO INSTRUMENTO****DE EFICIÊNCIA NA TUTELA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS 125***Wilson Rocha de Almeida Neto*

1. Introdução	125
2. Atividade de inteligência.....	127
2.1. Conceito	127
2.2. Aspectos normativos	128
2.3. Ramos.....	133
2.4. Classificação.....	134
3. Princípio da eficiência e a atividade de inteligência	137
4. Direitos fundamentais	141
4.1. Conceito	141
4.2. Funções dos direitos fundamentais	141
5. Conclusão.....	146
Referências.....	148

Capítulo VII**LEGITIMIDADE EXCLUSIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO****PARA O PROCESSO CAUTELAR PENAL 151***Wellington Cabral Saraiva*

1. Introdução	151
2. A Constituição de 1988, o princípio acusatório e o papel do Ministério Público	152
3. As medidas cautelares penais e a legitimidade exclusiva do Ministério Público.....	160
4. A legitimidade do Ministério Público e o modelo garantista de Ferrajoli.....	165
5. Conclusões	169
Referências.....	170

Capítulo VIII**A REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL,****SOB A ÓTICA DO GARANTISMO INTEGRAL..... 171***Andrey Borges de Mendonça*

1. Introdução	171
2. Garantismo integral.....	172
3. Análise de alguns pontos da reforma do CPP	184
4. Conclusão.....	190
Referências.....	191

Capítulo IX

O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

APÓS A REFORMA PROCESSUAL DE 2008..... 193

Rogério Schietti Machado Cruz

1. Introdução	193
2. O juízo de admissibilidade em dois atos	194
3. Efeitos preclusivos do juízo negativo de admissibilidade.....	197
4. Níveis de cognição dos atos decisórios.....	198
5. Objeto do juízo de admissibilidade.....	200
6. A absolvição sumária	203
7. Diversidade dos graus de cognição	204
8. Rejeição da denúncia ou da queixa por estar extinta a punibilidade.....	205
9. Rejeição da denúncia ou da queixa por atipicidade da conduta.....	207
Referências.....	211

Capítulo X

A ALIENAÇÃO ANTECIPADA DE BENS

NO PROCESSO PENAL E O ESTADO-VÍTIMA 213

Grécio Nogueira Grégio

Carlos Eduardo Ribeiro Lemos

1. Introdução	213
2. Infrações penais mais comuns em desfavor da Administração Pública e sua gravidade objetiva.....	215
3. A necessidade de interveniência do Estado no feito: superando o dogma do MP como “representante do Estado-vítima”	217
4. Medidas cautelares reais aplicáveis	220
5. A alienação antecipada, seus paradigmas e a conotação cível da proteção patrimonial	221
5.1. Elementos que permitem segurança ao julgador para o deferimento da medida.....	229
6. Risco de ineficácia de medidas assecuratórias e vantagens da alienação antecipada.....	232
6.1. Das vantagens da alienação antecipada.....	235
7. Conclusões	236
Referências.....	238

Capítulo XI

A MENTIRA DO RÉU E O ARTIGO 59 DO CP

239

Vladimir Aras

Introdução	239
1. Direito ao silêncio e à ampla defesa.....	240

SUMÁRIO

2. Verdade real e processo penal	241
3. Estímulos à verdade no direito criminal brasileiro	244
4. Mentira e crime	246
4.1. Mentira e aplicação da pena: o suposto precedente do STF	249
4.2. Mentira, personalidade e conduta social: efeitos no CP.....	252
4.3. Outras objeções ao direito de mentir.....	254
5. O direito de mentir: uma falácia.....	256
5.1. Atual posição do STF quanto ao conteúdo do direito ao silêncio.....	260
6. Equilibrando as estações: ampla defesa e lealdade processual	261
7. Conclusão	263
Referências	265

Capítulo XII

A COLABORAÇÃO PREMIADA COMO INSTRUMENTO CONSTITUCIONALMENTE LEGÍTIMO DE AUXÍLIO

À ATIVIDADE ESTATAL DE PERSECUÇÃO CRIMINAL	267
---	------------

Márcio Barra Lima

1. Introdução	267
2. O “Direito Penal Premial” como instrumento jurídico que objetiva aumentar a efetividade da persecução penal	268
3. Colaboração premiada: conceito, institucionalização no Direito Brasileiro e as recomendações de Direito Internacional.....	272
4. A utilização da colaboração premiada importa violação aos direitos fundamentais (suposto desrespeito ao “garantismo penal”)? – divergência doutrinária.....	276
5. A colaboração premiada como instrumento constitucionalmente legítimo e ético de acesso à efetiva justiça penal	280
6. Conclusão.....	289
Referências	290

Capítulo XIII

SIGILO BANCÁRIO NO BRASIL, DUALIDADE E GLOBALIZAÇÃO: DUAS PROPOSTAS PARA REUNIFICAÇÃO E RETOMADA DA COERÊNCIA PERANTE O TEXTO CONSTITUCIONAL.....

293

José Robalinho Cavalcanti

1. Introito.....	293
2. Sigilo bancário, privacidade e a dualidade da ordem jurídica vigente.....	294
3. Sigilo bancário sem o <i>status</i> constitucional	304
4. Globalização, sigilo bancário e mutação constitucional	309
5. À guisa de conclusão.....	317
Referências.....	318

Capítulo XIV

SOBRE A PRESCRIÇÃO

NOS CRIMES TRIBUTÁRIOS

A *ACTIO NATA* E A PREJUDICIAL ADMINISTRATIVA..... 319

Eduardo Pelella

1. Introdução	319
2. A sacralização da prejudicial administrativa nos crimes tributários materiais	322
3. Da prescrição em matéria penal. Caracterização	326
4. <i>Actio nata</i>	331
5. O problema da consumação dos crimes tributários de natureza material. O fato que “ainda não é típico”. A prejudicial tributária como condição objetiva de punibilidade ou elemento objetivo do tipo. O problema e a controvérsia sobre o início da contagem do prazo prescricional. Impossibilidade de estabelecimento de um sistema híbrido. Superposição e adição de prazos	333
6. Considerações finais.....	338
Referências.....	340

Capítulo XV

PARTICIPAÇÃO CRIMINAL

DE AGENTES FINANCEIROS

E GARANTIAS DE IMPUTAÇÃO NO DELITO

DE LAVAGEM DE DINHEIRO..... 341

André Luís Callegari

1. Introdução	341
2. Ausência de elemento subjetivo entre o lavador e o agente financeiro.....	343
3. Limitação da responsabilidade por meio da adequação social.....	344
4. Risco permitido como limite da participação criminal do agente financeiro.....	345
5. Limitação de responsabilidade criminal por meio da proibição de regresso	348
6. Negócios <i>standard</i> (do agente financeiro) e limitação da responsabilidade	352
7. Lavagem de dinheiro e possibilidade de tipificação culposa	355
8. Excurso – Participação criminal do advogado no delito de lavagem.....	356
9. Conclusão.....	358
Referências.....	359

Capítulo XVI**PRISÕES PROCESSUAIS:****UMA RELEITURA À LUZ DO GARANTISMO PENAL INTEGRAL..... 361***Rodrigo de Grandis*

1. Introdução: anotações preliminares sobre a teoria do garantismo penal..... 361
 - 1.1. Do confronto entre o direito penal mínimo e o direito penal máximo na teoria do garantismo penal 362
 - 1.2. Breves apontamentos sobre o princípio da presunção de inocência e o encarceramento cautelar na perspectiva da teoria do garantismo penal 364
2. Análise da teoria do garantismo penal, do direito penal e do direito processual penal à luz dos princípios do Estado Social e Democrático de Direito 365
3. A função do direito penal e do direito processual penal no Estado Democrático e Social de Direito algumas observações sobre a criminalidade econômica 369
4. As prisões processuais sob a perspectiva do garantismo penal integral 372
 - Referências 377

Capítulo XVII**NULIDADES NO PROCESSO PENAL****ENTRE GARANTISMO, INSTRUMENTALIDADE E BOA-FÉ:****A VALIDADE *PRIMA FACIE* DOS ATOS PROCESSUAIS 379***Antonio do Passo Cabral*

1. O quadro atual das nulidades no processo penal brasileiro..... 379
2. A suposta virada pelo princípio da instrumentalidade na concepção das formalidades processuais 381
3. Formalismo-valorativo e princípio de validade apriorística dos atos processuais 385
 - 3.1. Ônus argumentativo 388
 - 3.2. Diferenças do raciocínio da instrumentalidade para o princípio de validade apriorística 390
4. A equivocada compreensão individualista do “prejuízo” e sua necessária ligação com o contraditório 392
5. As nulidades no processo penal: teoria geral e peculiaridades 394
 - 5.1. Boa-fé no processo penal 398
 - 5.2. O processo penal entre garantismo e eficiência. Pela relativização das nulidades no processo penal e a inadmissibilidade das alegações tardias. 400
 - 5.3. Recentes exemplos jurisprudenciais. A correta aplicação do princípio da causalidade 402
6. Conclusão 405
 - Referências 405

Capítulo XVIII

**EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA UM CONTRA PONTO
À DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

NO HABEAS CORPUS N. 84.078 411

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Mônica Nicida Garcia

Fábio Gusman

1. Introdução	411
2. Panorama constitucional	412
2.1. O princípio da presunção da inocência	412
2.2. Os mandados constitucionais expressos de criminalização como elementos condicionantes da execução provisória	413
3. Panorama supralegal	415
4. Panorama legal e administrativo	417
5. Panorama da jurisprudência	418
5.1. No STF	418
5.2. No STJ	420
6. Aplicação da eficácia imediata das sentenças penais incriminadoras em alguns países	422
6.1. Inglaterra	422
6.2. Estados Unidos	424
6.3. Canadá	425
6.4. Alemanha	425
6.5. França	426
6.6. Portugal	427
6.7. Espanha	427
6.8. Argentina	428
7. Aplicação da eficácia imediata das sentenças penais incriminadoras no âmbito do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia	428
8. Conclusão	429
Referências	430